



PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LINHARES

Processo nº 3440/2022 (Câmara Sem Papel)

Projeto de Lei Ordinária nº 55/2022 (Câmara Sem Papel)

Autoria: Vereador Antônio Cesar Machado

**PLO. CRIA A AGENDA ABERTA DO
MUNICÍPIO DE LINHARES. VIABILIDADE
JURÍDICA. CONSIDERAÇÕES.**

I – RELATÓRIO

Cuida-se de parecer quanto à constitucionalidade e legalidade da proposição em epígrafe, de iniciativa do Vereador Antônio Cesar Machado, cujo conteúdo, em suma, institui a Agenda Aberta da Administração Pública do Município de Linhares, como ferramenta de controle social, de fiscalização dos atos de governo e transparência, sendo a sua divulgação considerada um exercício da cidadania.

A matéria foi protocolizada em 31.05.2022, prosseguindo sua tramitação normal, tendo a Procuradoria da Casa exarado parecer favorável ao supracitado projeto de lei.

Ato contínuo, o presente projeto veio a esta Comissão (CCJ) para exame e parecer, na forma do art. 62, I, c/c arts. 63, §2º, e 64, *caput*, todos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Linhares, instituído pela Resolução nº 001/2018.





II – FUNDAMENTAÇÃO

De largada, cumpre assentar que o exame a ser realizado sobre o presente projeto de lei cingir-se-á aos aspectos estritamente jurídicos, especialmente com suporte nas matrizes constitucionais e legais que norteiam o processo legiferante.

Verifica-se, inicialmente, a *constitucionalidade formal* do presente projeto de lei, conforme se observa do art. 30, I, da Constituição Federal, bem como do art. 28, I, da Constituição Capixaba, porquanto inexistente qualquer vedação que impeça lei municipal tratar da matéria aqui abordada.

Da mesma maneira, mostra-se formalmente constitucional a presente propositura no que diz respeito à *legitimidade parlamentar* para deflagrar o procedimento legislativo, por **não tratar de matéria de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, não abrangendo quaisquer das hipóteses previstas no parágrafo único do art. 31 da Lei Orgânica Municipal.**

Ao analisar a proposição, verifica-se que a mesma não modificou a estrutura dos órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal, tampouco lhes outorgou novas atribuições.

Deve-se ressaltar que as hipóteses constitucionais de iniciativa privativa formam um rol taxativo. Por via de consequência, não se presume a reserva de iniciativa, a qual deve resultar de expressa previsão inscrita no próprio texto da CF, que define - de modo taxativo - as hipóteses em que essa cláusula de privatividade regerá a instauração do processo de formação das leis.





Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Ellas"

Configuram a exceção, devendo, portanto, serem interpretadas de forma restritiva, sob pena de se esvaziar a atividade legislativa do Parlamento. Essa é a posição consolidada no âmbito do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL:

A iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume e nem comporta interpretação ampliativa, na medida em que, por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo, deve necessariamente derivar de norma constitucional explícita e inequívoca.

Portanto, a proposição traduz-se em atribuição típica da competência legislativa municipal, de modo que não há invasão à esfera do Poder Executivo, tampouco ingerência em sua organização administrativa, não havendo falar em desrespeito ao princípio constitucional da separação e independência dos poderes (art. 2º da CF/88 e art. 17 da Constituição Capixaba).

A rigor, portanto, não houve por obra do legislador municipal qualquer ingerência no que concerne à criação ou alteração de atribuições dos órgãos e entidades da administração do Poder Executivo local. Aliás, frise-se, o simples fato de a norma estar direcionada ao Poder Executivo não implica, por si só, que ela deva ser de iniciativa do Prefeito, sob pena de nefasto engessamento do Legislativo.

Calha consignar, por fim, que o PLO do nobre edil não intervém em ato de gestão do Município. Na realidade, o administrador público está mesmo obrigado a conferir publicidade e transparência a todos os seus atos, consoante se infere da leitura do texto constitucional (art. 37, caput).





Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Ellas"

A bem da verdade, o PLO reafirma os comandos previstos nas Leis Federais nº 12.527/2011 e 12.813/2013, de maneira que a matéria possui como mandamentos a divulgação de informações de interesse público, o estabelecimento de uma cultura de transparência e de controle social na Administração Pública.

Por essas razões, partindo-se da premissa de que a publicidade dos atos de gestão é mandamento a ser observado por todo gestor público, não reside no presente projeto de lei nenhum vício material, estando o conteúdo do ato em sintonia com o *bloco de constitucionalidade* e demais parâmetros legais.

III – CONCLUSÃO

Ante o exposto, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara Municipal de Linhares/ES - reunida com todos os seus membros - é pela **CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE do Projeto de Lei Ordinária nº 55/2022**, de autoria do Vereador Antônio Cesar Machado.

Plenário "Joaquim Calmon", em 12.07.2022.

WELLINGTON VICENTINI
Presidente

JADIR RIGOTTI JUNIOR
Relator

ALYSSON REIS
Membro



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://linhares.nopapercloud.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 38003300370031003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **Juninho Buguiu** em 12/07/2022 12:56

Checksum: **8F8FC769EB2878CB56EB7875327F17BE8BBC632F62CB95D013753381EA765021**

Assinado eletronicamente por **Vicentini** em 12/07/2022 13:57

Checksum: **19C2E1C2BB4EB7B17858600693AEB9A62EF6D938E6CAF70CE839CEC1B92CE647**

Assinado eletronicamente por **Alysson Reis** em 19/07/2022 12:49

Checksum: **BA65A890758B886615A2C99C6390844C22BAD60964BD070B4CDBD3116119A938**



Autenticar documento em <https://linhares.nopapercloud.com.br/autenticidade> com o identificador 38003300370031003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

